

CORREIO  
OFFICIAL

13 DE JULHO  
DE 1911

# CORREIO OFFICIAL



ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE

ANNO XVI

PUBLICADO NA "IMPRENSA OFFICIAL"

N. 20

ASSIGNATURAS:—6\$000 por anno começando em qualquer tempo e findando sempre em 31 de Dezembro.

## GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SNR.  
DR. JOÃO LOPES MACHADO, PRESIDENTE DO ESTADO.

Expediente do Governo do dia  
22 de Junho de 1911.

Portaria:

O Presidente do Estado, sob proposta do director da Instrução Publica e Escola Normal, resolve designar a professora adjunta da cadeira de desenho da secção feminina da Escola Normal d. Angela Mindello Balhar para reger interinamente igual cadeira na secção masculina da mesma escola, servindo de titulo a presente portaria.

Communicou-se ao director da Instrução Publica e Escola Normal.

Offícios:

Ao Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha das despesas da Estrada de Rodagem da cidade de Areia, durante os dias 29 a 31 de Maio findo e de 1 a 9 do corrente mez, tudo na importancia de 2.844\$835, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, de accordo com as ordens existentes nessa Repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha do pessoal empregado no abastecimento d'agua da Capital, durante a quinzena de 9 a 21 do corrente mez, na importancia total de 2.734\$200, devendo ser effectuado o respectivo pagamento amanhã ao meio dia, no escriptorio das aguas e de accordo com as ordens existentes nessa Repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha do pessoal occupado nas obras do proprio estadual sito, á rua das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 19 a 23 do corrente mez, na importancia total de 374\$350, devendo ser effectuado o respectivo pagamento de accordo com as ordens existentes nessa Repartição.

Expediente do Governo do dia  
23 de Junho de 1911.

Offícios:

Ao Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos, que faças pagar a inclusa folha do apontador e operarios que se acham em serviço do calçamento da rua das Trincheiras, durante a semana de 19 a 23 do corrente mez, inclusive a folha de despesas miudas, tudo na importancia de 313\$850, devendo ser effectuado o respectivo pagamento de accordo com as ordens existentes nessa Repartição.

Ao mesmo:

Communico-vos, para os fins convenientes, que em data de 21 do corrente mez o academico Alexandre Rodrigues dos Anjos, prestou e assumiu na mesma data o exercicio do cargo de director da Bibliotheca Publica do Estado.

Igual:

Ao Cidadão Dr. Joaquim Eloy Vasco de Toledo, juiz de Direito da Comarca de Mamanguape.

Em resposta ao vosso officio datado de 17 do corrente mez fico sciente de haverdes convidado para servir de promotor publico o dessa comarca bacharel Climaco Xavier da Cunha e de escrivão o desta capital Pedro Ulysses de Carvalho, na commissão que tendes de exercer na comarca de Alagôa do Monteiro e concedo a permissão solicitada no mencionado officio para os alludidos funcionarios deixarem o exercicio de seus cargos e possam acompanhar-vos.

Igual:

Ao Cidadão Juiz de Direito da 1.ª vara da comarca da Capital.

Tendo sido convidado pelo juiz de direito da comarca de Mamanguape, o escrivão desta Capital, Pedro Ulysses de Carvalho, afim de servir como escrivão *ad-hoc* na commissão que tem o mesmo Juiz de exercer na comarca de Alagôa do Monteiro, autorizo-vos a despensal-o do serviço do fôro desta mesma Capital.

Igual:

Ao Cidadão Dr. Climaco Xavier da Cunha, promotor publi-

co da comarca de Mamanguape.

Autorizo-vos a deixades o exercicio do cargo de promotor publico dessa comarca, visto terdes acceitado o convite que vos fez o dr. juiz de direito dessa mesma comarca, afim de seguides com o mesmo na commissão que vae exercer na comarca de Alagôa do Monteiro.

Expediente do Governo do dia  
26 de Junho de 1911.

Portarias:

O Presidente do Estado, de accordo com o n. 3 do art. 35 da lei n. 256, de 9 de Outubro de 1906, resolve nomear o cidadão Antonio Theotônio Ferreira Lima, para exercer o cargo de adjunto de promotor publico da comarca de Itabayanna, com séde no termo de Pedras de Fogo, servindo de titulo a presente portaria.

Igual:

O Presidente do Estado resolve exonerar o cidadão Antonio Pedro de Farias, do cargo de adjunto do promotor publico da séde da comarca de S. João do Cariry.

Igual:

O Presidente do Estado, de accordo com o art. 8.º da Lei n. 310 de 7 de Novembro de 1908, resolve nomear o cidadão José Genuino de Oliveira, para exercer o cargo de adjunto do promotor publico da séde da comarca de S. João do Cariry, servindo de titulo a presente portaria.

Fizeram-se as devidas communicações.

Igual:

O Presidente do Estado, attendendo ao que requereu o cidadão João Baptista Barbosa de Paiva, professor publico do ensino primario da villa de Cabedello, e tendo em vista a informação do director da Instrução Publica e Escola Normal, e o attestado medico exhibido, resolve conceder-lhe noventa (90) dias de licença com ordenado, para tratar de sua saúde.

Communicou-se ao director da Instrução Publica e Escola Normal.

Igual:

O Presidente do Estado, sob proposta do prefeito do municipio de Picuaty, resolve exonerar d. Benedicta Alves da Silva, do logar de professora municipal da povoação da Barra de S. Rosa.

Igual:

Nomeando, interinamente, d. Maria Lisboa dos Santos Leal, para substituil-a.

Igual:

O Presidente do Estado, sob proposta do Dr. Chefe de Policia, resolve exonerar o cidadão Antonio Theotônio Ferreira Lima, do cargo de 2.º supplente do subdelegado do districto de Pedras de Fogo, por ter acceitado o logar de adjunto do promotor publico da comarca de Itabayanna, com séde no termo do mesmo nome.

Igual:

Nomeando, para substituil-o, o cidadão Antonio José da Silva Torres.

Igual:

O Presidente do Estado resolve exonerar o cidadão Gedeão Serapião Januario das Neves, do logar de agente Fiscal da Mesa de Rendas de Alagôa do Monteiro.

Igual:

Nomeando, para substituil-o, o cidadão Antonio Ribeiro Leite, servindo de titulo a presente portaria.

Fizeram-se as devidas communicações.

Offícios:

Ao Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha do empregado e vigia que se acham em serviço no Quartel velho, durante os dias 19 a 25 do corrente mez, na importancia de 21\$000, devendo ser effectuado o respectivo pagamento de accordo com as ordens existentes nessa Repartição.

Igual:

Ao Cidadão Inspector da Alfandega.

Solicito de determinardes o despacho livre de direitos das quinzentas barricas de cimento a que



se refere o conhecimento anhe-  
xo, vindos pelo «Gutrune» para  
o serviço de iluminação electri-  
ca desta capital.

Expediente do Secretario de Es-  
tado.

Officio:  
Ao Cidadão Inspector do The-  
souro.

De ordem de S. Exc. o Snr.  
Presidente do Estado vos remetto,  
para os fins convenientes, a in-  
clusa copia do Decreto n. 497 de  
23 do corrente mez, reorganisan-  
do a Repartição de Policia do Es-  
tado.

Expediente do Governo do dia  
27 de Junho de 1911.

Officios:

Ao Cidadão Inspector do The-  
souro.

Recommendo-vos que faças  
pagar ao promotor publico da  
comarca de Mamanguape, ba-  
charel Climaco Xavier da Cunha  
e ao escrivão desta Capital, ci-  
dadão Pedro Ulysses de Carva-  
lho a ajuda de custo, nos termos  
do § unico do art. 349, titulo 4.º  
da Lei n. 336 de 21 de Outubro  
de 1910, por terem de seguir em  
commissão á villa de Alagôa do  
Monteiro.

Ao mesmo:

Communico-vos, para os fins  
convenientes, que em data de  
hontem, o bacharel Arthur de  
Carvalho Rodrigues dos Anjos,  
promotor publico da comarca da  
Capital, reassumiu o exercicio de  
seu cargo, renunciando o resto  
da licença, em cujo goso se a-  
chava.

Expediente do Secretario de Es-  
tado.

Ao Cidadão Inspector do The-  
souro.

De ordem de S. Exc. o Snr.  
Presidente do Estado, vos remet-  
to, para os fins convenientes, a  
inclusa copia do Decreto n. 501,  
da presente data, prorogando, por  
mais seis mezes, o prazo do con-  
tracto celebrado em 20 de Maio  
de 1908, com o dr. Juan Audri-  
eux, para a fabricação de cimen-  
to e seus annexos.

Ao mesmo:

De ordem de S. Exc. o Snr.  
Presidente do Estado vos remetto,  
para os fins convenientes, a in-  
clusa copia do Decreto n. 500 da  
presente data concedendo a Ma-  
ria Franklina de Alencar, viuva  
do ex 3.º sargento do Batalhão  
Policia, Manoel Albino de Oli-  
veira, uma pensão de accordo com  
o art. 11 da Lei n. 333, de 14 de  
Outubro do anno proximo pas-  
sado, visto ter sido morto no dia  
6 de Maio ultimo no conflicto  
havido na villa de Alagôa do  
Monteiro.

Igual:

Ao Juiz de Direito da Coma-  
ca de Alagôa do Monteiro.

S. Exc. o Snr. Presidente do  
Estado, vos manda remetter, para  
os fins convenientes, a inclusa  
copia do Decreto n. 499, da pre-  
sente data annexando ao 2.º car-  
torio de orphãos, interdictos e  
ausentes do termo de Alagôa do  
Monteiro, creado pela lei n. 345  
de 25 de Outubro do anno pas-  
sado, o 2.º tabellionato existente  
no termo sob vossa jurisdição.

Igual:

Ao Cidadão Presidente do Con-  
selho Municipal da villa de Ala-  
gôa do Monteiro.

De ordem de S. Exc. o Snr.  
Presidente do Estado, vos remetto  
para os fins convenientes, a in-  
clusa copia do Decreto n. 498 de  
hontem datado, prorogando para  
o dia 26 de Julho vindouro, a  
eleição de um conselheiro Muni-  
cipal dessa villa.

Expediente do Governo do dia  
28 de Junho de 1911.

Potarias:

O presidente do Estado resolve  
designar o escrivão do Jury e  
execuções criminaes da comarca  
da Capital, Capitão Brasilino Pe-  
reira Lima Wanderley Filho, para  
substituir interinamente ao 2.º ta-  
bellião do publico judicial e notas  
e escrivão do crime, civil e com-  
ercio e official do Registro de  
Hypotheas da mesma comarca,  
cidadão Pedro Ulysses de Carva-  
lho, durante a comissão em  
que se acha na comarca de Alagôa  
do Monteiro, servindo de titulo  
a presente portaria.

Fizeram-se as devidas commu-  
nicações.

Igual:

O Presidente do Estado resolve  
promover o Capitão do Batalhão  
Policia, Genuino de Albuquerque  
Bezerra, ao posto de Major do  
mesmo Batalhão, por mereci-  
mento, devendo solicitar titulo da  
Secretaria de Estado.

Fizeram-se as devidas commu-  
nicações.

Igual:

O Presidente do Estado, sob  
proposta do dr. Chefe de Policia,  
resolve exonerar, a pedido, o ci-  
dadão Antonio Galdino Chaves,  
do cargo de 1.º supplente do  
subdelegado do districto de Ca-  
malaú, do termo de Alagôa do  
Monteiro.

Igual:

Nomeado, para substitui-o, o  
cidadão Manoel Fernandes Pi-  
nheiro.

Igual:

O Presidente do Estado, sob  
proposta do dr. Chefe de Policia,  
resolve exonerar, a pedido,  
José Herculanô Bispo Feitosa, do  
cargo de 2.º supplente do sub-

delegado do districto de S. Se-  
bastião de Umbuseiro do termo  
de Alagôa do Monteiro.

Igual:

Nomeando para substitui-o, o  
cidadão Sebastião Bezerra de Me-  
deiros.

Igual:

Exonerando, a pedido, o ci-  
dadão Pedro Ferreira da Costa Ven-  
tura, do cargo de 3.º supplente.

Igual:

Nomeando, para substitui-o, o  
cidadão José Zeferino Bezerra das  
Neves.

Tiveram o conveniente destino.

Officios:

Ao Exm. Sr. Presidente do Es-  
tado do Amazonas.

Tenho a honra de accusar o  
recebimento do officio de V. Exc.ª  
datado de 6 do corrente mez, no  
qual offereceu-me um exemplar  
impresso, que agradeço, da colle-  
cção de leis, decretos, e regula-  
mentos desse Estado, relativo ao  
anno de 1910.

Agradeço e retribuo a V. Exc.ª  
os protestos de alta estima e dis-  
tincta consideração que apre-  
sentou-me no citado officio.

Igual:

Ao cidadão Inspector do The-  
souro.

Communico-vos, para os fins  
convenientes, que em data de  
hontem, o Bacharel Joaquim Eloy  
Vasco de Toledo, Juiz de Direito  
da comarca de Mamanguape, pas-  
sou o exercicio ao seu substi-  
tuto legal, Bacharel Manoel Tho-  
maz Gomes da Silva, Juiz Muni-  
cipal do termo de S. Rita, por  
ter de transportar-se para a co-  
marca de Alagôa do Monteiro.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças  
pagar ao Bacharel José de Ino-  
josa Varejão, até o dia 13 do cor-  
rente mez, os vencimentos a que  
tem direito na qualidade de pro-  
motor publico que foi da comarca  
de Alagôa do Monteiro, inde-  
pendente de attestado de exercicio.

Igual:

Ao cidadão Commandante do  
Batalhão Policia.

Recommendo-vos que faças  
substituir o Alferes do Batalhão  
sob vosso commando, José Vi-  
cente de Lima, que se acha no  
centro do Estado, pelo o Alferes  
do mesmo Batalhão Rodolpho  
Augusto de Athayde.

Igual:

Ao Sr. Capitão de Corveta Ho-  
rácio Nelson de Paula Barros,  
Capitão do Porto.

Em resposta ao vosso officio  
circular datado de 21 do corrente  
mez, sob n. 2, declaro que foi  
ciente de haverdes assumido o  
exercicio do cargo de Capitão do  
Porto deste Estado, para o qual  
fostes nomeado por portaria n.  
2187, de 12 de Maio ultimo.

Agradeço e retribuo as felici-

tações que vos dignastes de apre-  
sentar-me no mencionado officio.

Igual:

Ao cidadão Julio Maximiano  
da Silva, Inspector da Alfandega.  
Em respsta ao vosso officio  
de hontem datado, sob n. 99, de-  
claro que fico sciente de haverdes  
reassumido o exercicio de ins-  
pector dessa Alfandega.

Agradeço e retribuo os pro-  
testos de alevada estima e dis-  
tincta consideração que vos di-  
gnastes de apresentar-me em o  
mencionado officio.

Expediente da Secretaria de  
Estado.

Officio:

Ao cidadão Capitão de Corveta  
Horacio de Paula Barros, Capitão  
do Porto.

Accauso o recebimento do  
vosso officio circular, datado de  
21 do corrente mez, sob n. 2,  
no qual communicastes haver  
assumido o exercicio do cargo  
de Capitão do Porto deste Estado,  
para o qual foste nomeado por  
portaria n. 2187 de 12 de Maio  
ultimo.

Agradeço e retribuo os offere-  
cimentos que vos dignastes de  
apresentar-me no citado officio.

Expediente do Governo do  
dia 30 de Junho de 1911.

Officio:

Exm.º Sr. Persidente do Estado  
do Ceará.

Tenho a honra de encaminhar  
a V. Exc.ª o incluso documento  
de extradição do dr. Augusto  
Santa Cruz de Oliveira, Major  
Hugo Santa Cruz e seus com-  
panheiros pronunciados na co-  
marca de Alagôa do Monteiro, em  
crimes de homicidio e incendio  
praticado no povoado de S. Thomé,  
os quaes se acham domiciliados  
na villa de Milagres desse Estado,  
nos termos do Decreto n. 30 de  
30 de Janeiro de 1892, conforme  
solicitou o respectivo Juiz de Di-  
reito, em officio datado de 22 do  
corrente.

Igual:

Ao cidadão Inspector do The-  
souro.

Recommendo-vos que mandeis  
passar as escripturas de compras  
que fez o Governo do Estado ao  
dr. José Rodrigues de Carvalho  
e sua mulher, da casa sob n. 2  
sita a rua Irineu Joffily e um  
terreno a ella anexa, pela quantia  
de 1:700\$000 mil reis; ao cidadão  
André Pereira da Silva, da casa  
de taipa coberta de palha, sita a  
mesma rua, com tres braças de  
frente e 11 de fundo, pela quan-  
tia de 350\$000 mil reis, com di-  
reito aos materiaes da mesma e  
a senhora Ursulina Francisca Bar-  
boza, da casa de taipa coberta  
de palha, na mesma rua, com 5

braças de frente e 23 de fundo,  
pela quantia de 300\$000 mil reis,  
todas em chãos foreiros a Santa  
Casa de Misericordia desta cidade  
devendo serem as referidas ex-  
cripturas passadas pelo Tabellião  
Maximiano Aureliano Monteiro  
da Franca e assignadas pelo dr.  
Procurador Fiscal, como repre-  
sentante do governo.

Igual:

Ao Cidadão coronel Manoel  
Joaquim de Souza Lemos, Com-  
mandante Superior intrinno da  
Guarda Nacional deste Estado.

Tendo o Exmo. Sr. Ministro  
da Justiça Negocios Interiores,  
solicitado deste Governo, por te-  
legramma datado de 28 do cor-  
rente mez, que fosse recolhido  
ao estado maior do 49 Batalhão  
de caçadores, estacionado no Re-  
cife, o Tenente coronel Ludovico  
Gomes da Silva, recolhido ao  
Quartel do Batalhão Policia, peço-  
vos que providencieis no sentido  
de apresentar-se ao Juizo Federal  
na secção deste Estado, um offi-  
cial de igual patente competente-  
mente fardado e armado, afim de  
acompanhar o referido official  
áquelle Estado.

Igual:

Ao cidadão dr. Juiz Seccional  
na Secção deste Estado.

Em resposta ao vosso officio  
de hoje datado, sob n. 46, em  
que solicitaes providencias no  
sentido de ser transferido do  
Batalhão Policia deste Estado,  
para o 49 de caçadores no Es-  
tado de Pernambuco, o Tenente  
Coronel Ludovico Gomes da Silva,  
condemnado por esse Juizo, cum-  
pre-me dizer-vos que, nesta data,  
porvidencieis no sentido de satis-  
fazer a solicitação feita em vosso  
mencionado officio.

Igual:

Ao cidadão Commandante do  
Batalhão Policia.

Recommendo-vos que providen-  
cieis no sentido de ser entregue,  
de ordem do dr. Juiz Federal na  
Secção deste Estado, o Tenente  
Coronel Ludovico Gomes da  
Silva, que se acha recolhido ao  
Estado Maior do Batalhão sob o  
vosso commando, afim de ser  
transferido para o 49 Batalhão de  
caçadores, estacionado no Recife,  
visto ter sido solicitado pelo res-  
pectivo Juiz, em efficio da presente  
data sob n. 64.

## DESPACHOS

Dia 23

Petição do bacharel Antonio  
de Andrade Lima.—Indefido.

O requerente foi nomeado, de  
accordo com o art. 1.º das dis-  
posições transitorias do Decreto  
n. 232 de 27 de Fevereiro de  
1904, sem lei alguma que auto-

risasse semelhante acto do Po-  
der Executivo.—Ao tempo dessa  
nomeação, vigorava a lei n. 8 de  
15 de Dezembro de 1892 que,  
em seu art. 15 exigia como con-  
dição essencial para dar-se pro-  
vimento ao cargo de juiz de di-  
reito, que o bacharel já tivesse  
exercido o cargo de juiz muni-  
cipal ou de promotor publico por  
espaço de quatro annos.—Ora, o  
requerente, que recebeu o grão  
de bacharel em 15 de Dezembro  
de 1902, não podia legalmente  
ser nomeado juiz de direito em  
3 de Março de 1904, tendo ape-  
nas pouco mais de um anno de  
formado.—Não pode prevalecer  
em seu favor o Decreto citado  
n. 232, em virtude do qual fôra  
nomeado, porque com elle o Po-  
der Executivo exorbitou, excede-  
do a autorização que pela lei  
n. 201 de 27 de Outubro de 1903  
lhe fôra delegada para alterar a  
organisação judiciaria do Estado.  
—Effectivamente, o artigo unico  
das disposições transitorias da lei  
n. 201 prescrevia que o Presiden-  
te do Estado, no preenchimento  
dos logares creados pela mesma  
lei ou em virtude das autorisa-  
ções nella contidas, poderia pre-  
scindir dos requisitos e condi-  
ções estabelecidas na legislação  
vigente, para o provimento dos  
cargos de juizes de direito e mem-  
bros do Superior Tribunal de  
Justiça.—Pela disposição trans-  
cripta vê-se que somente foram  
dispensados das condições e re-  
quisitos previstos em leis ante-  
riores os bachareis que teriam de  
ser providos nas comarcas no-  
vamente creadas, em virtude da  
autorisação legislativa, e no caso  
de desembargador novamente  
creado pela propria lei (art. 3.º).  
—De modo algum ficou o Pre-  
sidente autorizado a remover ju-  
izes de comarcas antigas para as  
novas e muito menos a nomear  
bachareis sem os requisitos le-  
gaes para as comarcas já existen-  
tes ao tempo da lei de autorisa-  
ções em questão.—E' pois, de  
vêr que o Decreto regulamenta-  
dor da lei de autorisação, n. 201,  
em seu art. 1.º das disposições  
transitorias exorbitou, estenden-  
do a faculdade conferida pela lei  
ao Presidente para o preenchi-  
mento das comarcas novas, sem  
os predicaes exigidos na legis-  
lação vigente, até a remoção de  
juizes e a nomeação de outros  
para comarcas antigas.—Ora, com  
o Decreto n. 232, o Poder Exe-  
cutivo creou as comarcas de San-  
ta Rita, Pedras de Fogo, Teixei-  
ra, Misericordia e Santa Luzia do  
Sabugy, logo, tendo como legiti-  
tima a autorisação legislativa para  
o referido acto, ao Presidente do  
Estado só cabia nomear juizes,  
sem o quadriennio de exercicio  
em cargos judiciais, para as

cinco comarcas acima indicadas.  
—Somente até ahi chegava a fa-  
culdade que lhe concedia a lei  
n. 201.—Entretanto, elle excedêo-  
se do preceito legal, removendo  
o juiz de direito de Princeza, co-  
marca então existente, para Mi-  
sericordia, das novamente crea-  
das, e illegamente nomeou o re-  
querente para aquella sem a tan-  
to permittir-lhe a lei de autorisa-  
ção.—Sendo Princeza comarca  
antiga, a vara de direito só po-  
dia ser provida, em caso de vaga,  
por um bacharel que já tivesse  
quatriennio judiciario, por força  
da legislação em vigor.—Accres-  
ce que a propria Assembléa Le-  
gislativa, que havia votado a lei  
n. 201, achou posteriormente que  
o Poder Executivo havia exorbi-  
tado e negou aprovação aos  
actos decorrentes da mesma, na  
parte relativa á criação de co-  
marcas e seus respectivos provi-  
mentos.—E para isso votou a lei  
n. 213 de 5 de Novembro de  
1904, derogando o art. 2.º §§ 1.º  
e 2.º e art. unico das disposi-  
ções transitorias da sobre dita lei  
n. 201, e declarando expressa-  
mente em seu art. 2.º que deixa-  
vam de ser approvados e erão  
considerados nulos por incons-  
titucionalidade todos os actos  
praticados pelo Poder Executivo  
do Estado, em virtude dos cita-  
dos artigos da mencionada lei.—  
E contra este acto da Assembléa  
nenhum protesto houve por par-  
te do requerente que ao contra-  
rio, com elle conformou-se, vol-  
tando ao seu anterior logar de  
juiz municipal ao mesmo termo  
de Princeza, e tanto assim que  
obteve, na qualidade de juiz mu-  
nicipal, seis mezes de licença di-  
vidida em dois prazos consec-  
tivos de trez mezes.—Não tem  
procedencia a allegação que ago-  
ra vem de fazer contra a lei, que  
annullou a sua nomeação, taxan-  
do-a de inconstitucional, por ser  
retroactiva e haver ferido o seu  
direito adquirido de juiz de di-  
reito vitalicio da comarca de Prin-  
ceza, porque já ficou demonstra-  
da a illegalidade do acto que o  
nomeou.—E' principio universal-  
mente respeitado que o acto que  
a lei determina para a formação  
do direito seja cumprido nas con-  
dições por ella exigidas para sua  
existencia, e somente neste caso,  
isto é, quando as exigencias le-  
gaes são attendidas, é que a lei  
nova não estende a sua acção  
sobre o passado, sem offensa dos  
direitos adquiridos.—Por conse-  
quencia, o principio allegado pelo  
requerente de que o magistrado,  
uma vez investido de suas fun-  
ções, é vitalicio, é verdadeiro,  
não resta duvida; mas só deve ser  
assim entendido quando a sua  
nomeação não for inconstitucio-  
nal ou illegal.—E de certo, si

a posse e o exercicio fossem suf-  
ficientes em qualquer caso para  
firmar a vitaliciedade, chegaríamos  
ao absurdo de ficar o Presiden-  
te do Estado, armado da facul-  
dade de nomear a quem inten-  
desse, visto ter a certeza de tor-  
nar valido o seu acto, desde que  
impossasse o nomeado.—Assim  
pois, tendo sido illegal a nomea-  
ção do requerente, nenhum direi-  
to adquiriu por força de tal in-  
vestidura, porque *actus a princi-  
pio nullus nullum producit effe-  
ctum* e, como tal, nenhum direi-  
to ha restaurar.

Dia 26

Petição de Jayme Seixas & Ca.  
—Ao Thesouro para pagar.

Dia 27

Petição de d. Tertulina Sabina  
do Carmo Henriques.—Como re-  
quer.

Petição de d. Maria Franklina  
de Alencar.—Lavre-se Decreto,  
concedendo a pensão de que tra-  
ta o art. 11 da lei n. 333, de 14  
de Outubro do anno passado.

Petição de Firmino Guedes  
Bezerra.—Ao Thesouro para pa-  
gar, nos termos da informação  
do director da Instrução Publi-  
ca e Escola Normal.

Dia 28

Petições de Domingos Pico-  
relle e de Caetano Andréa.—Como  
requerem.

Petição de Francisco Joaquim  
Pereira Barrozo.—Informe o The-  
souro.

Dia 30

Petições de Elyesu Francisco  
das Chagas Noronha e de Pedro  
Justino dos Santos.—Ao The-  
souro para informar.

Petição da Mesa Regedôra da  
Irmandade de N. S. das Mercês.—  
Ao Inspector do Thesouro para  
mandar dispensar do pagamento  
da decima urbana, do corrente  
exercicio, os predios pertencentes  
ao patrimonio de N. S. das Mer-  
cês.

Petição de José Bernardo Frei-  
re, 3.º Sargento do Batalhão Po-  
licia.—Concedo a licença pedida,  
nos termos da informação do  
Commandante do Batalhão.

Petição de Kronck & Ca.—Ao  
Thesouro para pagar, nos termos  
da informação do Fiscal das Obras  
Publicas.

Botões proprios para colle-  
te de homem, grande variedade re-  
ceberão Antonio Maia & Ca.



## Chefatura de Policia

ESTADO DA PARAHYBA, 23 DE JUNHO DE 1911

Exmo. Snr. Dr. João Lopes Machado,  
M. D. Presidente do Estado

Participo a V. Exc. que hontem de ordem do 1.º delegado desta capital, foram recolhidos á cadeia publica desta cidade, Tarquino Bizerra d'Oliveira, Torquato Soares da Silva, Marcellino Martins e Antonio Balbino da Silva os dois primeiros para averiguações policiaes e os ultimos por disturbios, de ordem do 2.º subdelegado do 1.º districto, foram recolhidos José Evangelista Gomes e Paulina Maria da Conceição, aquelle por disturbios e esta por ferimentos; e relaxada a prisão na mesma data de João Evangelista Gomes.

Dia 26

Participo a V. Exc. que no dia 23 deste mez, foram, por minha ordem, recolhidos á cadeia publica d'esta capital, os individuos de nomes: Benedicto Pereira de Mendonça e Antonio Barboza de Lima, aquelle por disturbios e este como desertor da armada.

Na mesma data, de ordem do 1.º delegado d'esta capital, foi recolhido o individuo de nome Francisco Pereira da Silva, por disturbios; assim como foram postos em liberdade os individuos de nomes: João Candido, José Francisco, Antonio Balbino da Silva e o menor Vicente de Tal; o 1.º e ultimo por gatunice, o 2.º para averiguações policiaes e o 3.º por disturbios.

De ordem do 2.º subdelegado do 1.º districto, foi, na mesma data, recolhido o individuo Francisco de Tal, por disturbios.

No dia 24, foram recolhidos de minha ordem, o individuo de nome José Militão Porto e a mulher de nome Bernardina Angelica de Sena, ambos para averiguações policiaes.

De minha ordem, foi, na mesma data, posto em liberdade o individuo de nome Benedicto Pereira de Mendonça, que se achava detido por disturbios.

Ainda na mesma data, de minha ordem, seguiu para Pernambuco o réo de nome João Braz de Oliveira, evadido do presidio de Fernando de Noronha.

De ordem do delegado da capital, foram, na mesma data, recolhidos os seguintes individuos: Antonio Marques e Duarte Ribeiro, ambos por embriaguez; assim como foi posto em liberdade o individuo Francisco Pereira da Silva, que se achava detido por disturbios turbio.

De ordem do 2.º subdelegado do 1.º districto, foram, na mesma data, recolhidos os individuos: Eusebio Francisco de Paula e Pedro de Tal, o 1.º por embriaguez e o 2.º por gatunice.

De ordem do 2.º subdelegado do 1.º districto, foram recolhidos hontem, os seguintes individuos: Cosme Bonzinho, Antonio Grigorio e as mulheres: Enedina da Conceição e Anna da Conceição, todos por disturbios.

Foram hoje distribuidas 94 rações inclusive 7 na Enfermaria.

Ficam existindo 93 detentos, destes 67 sentenciados, 13 pronunciados, 3 alienados, 6 indiciados, 1 por gatunice, 1 por disturbios, 1 para averiguações policiaes e 1 por embriaguez.

Sendo: 55 por crime de homicidio, 12 por crime de roubo, 4 por crime de furto, 9 por crime de ferimentos, 2 por crime de moeda falsa, 3 por crime de estupro, 1 por crime de defloramento, 2 por crime de infanticidio, 3 alienados, 8 por gatunice e 2 por disturbios.

Saúde e fraternidade

O Chefe de Polici,

Francisco C. C. de Albuquerque.

## Edital de trinta dias

O Cidadão João Victoriano Raposo, primeiro suplente de Juiz Municipal, em exercicio, do Termo de Santa Rita, Comarca de Mamanguape, do Estado da Parahyba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faço saber aos que o presente edital com prazo de trinta dias virem ou interessar possa, que por parte de d. Antonia Chaves Marinho, por seu advogado e procurador dr. Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos, foi dirigida a este juizo a petição do teor seguinte: Illustrissimo sr. dr. Juiz Municipal do Termo de Santa Rita. Diz d. Antonia Chaves Marinho, mãe e tutora de seu filho Pedro Gomes Marinho, residente e domiciliada na Comarca da Capital, que tendo requerido a vossa senhoria o arrendamento judicial da propriedade Engenho do Meio, sita neste Termo, da qual é condominio o referido seu filho, aconteceu que para um tal fim foram pessoalmente citados os consenhores da dita propriedade dr. Francisco Barboza Aranha da Franca e sua mulher, major Caetano Gomes de Almeida e sua mulher, e Cypriano Gonçalves do Nascimento e sua mulher, alem do Curador de orphãos por vossa senhoria nomeado João Muniz de Medeiros. Estando entretanto em lugar incerto e não sabido o condmino Conego Francisco de Assis e Albuquerque, foi as folhas trinta requerida e deferida a sua respectiva citação por edital. Todavia como não tivesse precedido á publicação do competente edital a necessaria justificação exigida pelo artigo quarenta e cinco, paragrapho primeiro do Regulamento numero setecentos e trinta e sete de vinte e cinco de Novembro de mil oitocentos e cincoenta, a supplicante no intuito de evitar a nulidade do arrendamento vem requerer á vossa senhoria se digne marcar dia, hora e lugar para ter objectivamente a supra mencionada justificação sobre a auzencia e incerteza autuar ao lugar onde se acha o Conego Francisco de Assis e Albuquerque, com intimação de curador de auzentes deste Termo, feito que expedira este Juizo edital de trinta dias, citando-o afim de, na primeira audiencia depois deste prazo vir louvar e aprovar peritos que avaliem os rendimentos annuaes da propriedade Engenho do Meio. Outro sim, requer ainda a supplicante as citações pessoasas dos condminos dr. Francisco Barboza Aranha da Franca e sua

mulher, Cypriano Gonçalves do Nascimento e sua mulher, major Caetano Gomes de Almeida e sua mulher e do curador de orphãos João Muniz de Medeiros para na primeira audiencia depois de expirado o edital, virem tambem louvar e aprovar peritos que avaliem os rendimentos annuaes da propriedade Engenho do Meio, ficando entendido que essas citações pessoasas serão accusadas na primeira audiencia depois de verificadas, ficando entretanto, o acto da louvação para a primeira audiencia que se seguir a expiração do prazo do edital acima referido. Pede deferimento. Santa Rita, trinta de Junho de mil novecentos e onze. Arthur de C. Rodrigues dos Anjos. Advogado e Procurador. Estava dita petição legalmente sellada e na qual foi exarado o seguinte despacho: Nos autos como requer. Designo o dia trez de Julho do corrente anno para ter lugar a justificação ás dez horas do dia na casa das audiencias. Santa Rita, trinta de Junho de mil novecentos e onze. Raposo. Em virtude do que, processada e julgada a justificação, mandei passar o presente edital de citação pelo qual cito e chamo e requeiro com o prazo de trinta dias o Conego Francisco de Assis e Albuquerque para que venha á primeira audiencia deste juizo que se fizer depois dessa citação; expirado o prazo, louvar-se em arbitros que avaliem a renda annual do Engenho do Meio. Faço constar que as audiencias deste juizo têm lugar ás Sextas-feira pelas onze horas do dia, e sendo feriado o dia da audiencia, no dia seguinte na sala do Conselho Municipal desta Villa. E para que chegue ao conhecimento do dito Conego Francisco de Assis e Albuquerque, mandei lavrar o presente edital que será affixado no lugar do costume e publicado na imprensa da Capital. Dado e passado nesta Villa de Santa Rita, aos trez dias do mez de Julho de mil novecentos e onze. Eu, Alfredo de Barros Lacet, escrivão ad-hoc escrevi. João Victorino Raposo. Era o que se continha em dito edital do qual extrahi a presente copia que conferi com o original e achei conforme, do que dou fé.

Santa Rita, 3 de Julho de 1911.

O Escrivão ad-hoc

Alfredo de Barros Lacet.  
(1—3)

O Doutor Eutiquio de Albuquerque Autran, Juiz de Direito da primeira vara da Capital da Parahyba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem que no dia quatorze

do corrente, ao meio dia, na sala das audiencias deste juizo, será arrematado a quem mais der e maior lance offerecer um banco de marceneiro, avaliado pela quantia de quarenta mil reis, penhorado a Antonio Vicente de Magalhães em execução que lhe move a Prefeitura Municipal para pagamento de seu debito. E para que chegue a noticia a todos mando ao porteiro dos auditorios affixar o presente no lugar do costume e que passe á respectiva certidão. Dado e passado nesta cidade da Parahyba do Norte, aos cinco de Julho de mil novecentos e onze. Eu, Raphael Hermenegildo da Silveira, escrivão, o escrevi. (Assignado) Eutiquio de Albuquerque Autran.—Conforme com o original; dou fé. Subscryvo e assigno. Parahyba, 5 de Julho de 1911. O Escrivão, Raphael Hermenegildo da Silveira.

De ordem de S. Exc. o Snr. Presidente do Estado convido o Pharmaceutico Augusto de Almeida, afim de comparecer no Palacio do Governo, para receber perante o Exmo Snr. Presidente, depois de assignar sua carta de Pharmaceutico remettida pelo Dr. Director da Falcudade de Medicina do Estado da Bahia em officio datado de 17 de Junho findo, sob n. 522.

Secretaria de Estado da Parahyba, 3 de Julho de 1911.

O Secretario de Estado  
IGNACIO EVARISTO MONTEIRO.

## EDITAL N.

Faço publico de ordem do ex.mo inspector, que fica aberta concorrência para o fornecimento dos objectos abaixo discriminados com destino á Cadeia publica desta capital, ficando marcado o dia 20 do corrente mez para abertura das propostas que forem apresentadas, que devem ser em cartas fechadas.

Seis canecos de madeira para carregar agua.

Quatro ditos idem para tiragem d'agua em cacimba.

Vinte e quatro cubas de madeira para as prisões.

Um colção de palha para o commandante da guarda.

Doze cadeados de ferro para portões.

Dois ciscadores de ferro.

Quarenta e oito depositos de flandres em bocaes de metal para chaminés de 10 linhas.

Uma serra arco de ferro para serragem de ossos de carne verde.

Secretaria do Thesouro da Parahyba, em 10 de Julho de 1911.

Servindo de Secretario

JOAQUIM QUIMARÃES D'O. LIMA.